

As transformações capitalistas no campo e o desajuste da “vida caipira”

Eduardo Barros Mariutti¹

Resumo

Pretendemos abordar neste artigo três questões: a reconstituição da figura do caipira paulista, esboçado de forma lapidar por Antônio Cândido em “Os Parceiros do Rio Bonito”; apontar o desajuste global da vida caipira como uma decorrência das transformações capitalistas no campo e, finalmente, ressaltar a relevância do Materialismo Histórico para a compreensão deste tema.

1 Observações metodológicas preliminares e delimitação do objeto

As análises marxistas “tradicionais” são geralmente elaboradas sob um ponto de vista eminentemente *urbano*, e mesmo quando o objeto do investigador consiste no estudo do campo e das relações de produção na agricultura, o ambiente rural é usualmente enquadrado como um estágio anterior, como “um estágio primitivo da vida social”: é estudado de forma retrospectiva, *em função das condições urbanas do presente, consideradas como uma fase socialmente mais desenvolvida*. Contudo, se centrarmos o foco de nossa análise *realmente no campo*, tentando apreender suas particularidades de forma positiva (sem remetê-lo a uma comparação com a cidade – uma definição negativa, isto é, que privilegia apenas os aspectos *ausentes* no campo), outros elementos devem ser estudados, elementos tipicamente rurais, como por exemplo, a relação específica dos produtores diretos com os meios de produção, ou em outras palavras, a relação entre o homem e a natureza e o estabelecimento de relações sociais entre os próprios homens.

Temos ainda que distinguir duas formas de relações: a) as relações “capitalistas”, que repousam sob bases específicas, como a separação do trabalho das condições objetivas de produção e o conseqüente antagonismo homem/natureza e, no plano eminentemente social, a polarização conflituosa

¹ Mestrando em História Econômica – UNICAMP. Instituto de Economia (IE).

entre detentores dos meios de produção e possuidores da força de trabalho e b) relações pré-capitalistas, onde todos estes elementos se encontram fundidos, ou, como é o caso, por exemplo, das relações de produção feudais, onde estes elementos ainda não foram totalmente separados. Esta distinção, que pode parecer inicialmente arbitrária e meramente formal, revelará seu verdadeiro sentido à medida que desenvolvermos a argumentação.

Feita esta distinção é necessário observar que, em um determinado período de tempo, estas duas formas essencialmente distintas de relações podem coexistir lado a lado, estabelecendo ou não relações entre si. Uma pequena unidade produtiva orientada por relações e forças produtivas pré-capitalistas pode persistir, sem alterações essenciais, ao lado de centros comerciais poderosos e/ou de grandes fazendas caracterizadas por uma divisão social do trabalho muito aprimorada e por técnicas desenvolvidas de extração de mais-valia. São inúmeros os exemplos onde podemos encontrar, por períodos de tempo extremamente longos, formas e relações sociais “antigas” que permaneceram intocadas pelo capital ou foram subsumidas apenas formalmente a ele: se integraram ao processo de troca, contribuíram para a acumulação de riquezas, sem no entanto sofrerem transformações substanciais no processo de trabalho, nas relações entre o homem e a natureza e entre os próprios homens.²

Após estes esclarecimentos, podemos delimitar o objeto de estudo. Nosso objetivo aqui é esboçar a figura do “caipira”, no sentido definido por Antônio Cândido, e tentar mostrar o entrelaçamento entre as relações de trabalho, as formas de propriedade e sua conexão com a sociabilidade caipira. Vamos nos deter principalmente nas formas mais antigas de produção “caipira”: as formas de sociabilidade tradicionais e a natureza da propriedade da terra.³ Feita esta caracterização, abordaremos de forma muito sumária a urbanização e a expansão da fronteira da agricultura “capitalista” como elementos desagregadores da cultura e da produção caipira tradicional. Utilizaremos o livro *Os Parceiros do Rio Bonito* de Antônio Cândido como

2 A este respeito, de um ponto de vista histórico, ver Brenner (1985) e Hilton (1988). Tratam-se evidentemente de estudos referentes ao campesinato europeu. Estes dois autores mostram as formas de resistência camponesa à invasão das relações de produção capitalistas no campo, ou melhor, sua luta para manter suas possessões e *suas relações de trabalho*. No plano analítico basta observar as análises de Marx, freqüentemente negligenciadas, presentes no Capítulo VI (Marx, s.d.), sobretudo os capítulos dedicados à subsunção formal do trabalho ao capital. Entraremos em detalhes mais a frente.

3 Formas que ainda podem ser identificadas, embora já em crise, no final dos anos 40 e início da década de 50 (As pesquisas empíricas de Antônio Cândido se iniciam em 1948 e se concentram no município de Bofete).

fonte de dados e de interpretações. Pretendemos, ao longo da exposição, reforçar o diálogo que este autor estabelece com Marx. Embora Antônio Cândido empregue em seu livro categorias desenvolvidas por outros autores, como o conceito de solidariedade e anomia, tomado de Durkheim, bem como a noção de tipo-ideal desenvolvida por Weber, a base metodológica empregada em seu estudo é extraída de Marx, sobretudo da *Ideologia alemã*. É necessário afirmar desde já que este suposto “ecletismo” não compromete a fundamentação metodológica do autor: a maioria dos estudos que tentam combinar elementos de campos teóricos distintos não são coerentes, pois cada conceito se encontra ligado às premissas epistemológicas do autor que o criou, e ao ser retirado de sua matriz perdem muito de seu caráter explicativo e de sua coerência. No caso que pretendemos analisar, Antônio Cândido aplica tais conceitos tendo o marxismo como raiz epistemológica, de modo que todos os conceitos alheios usados acabam sendo redefinidos, adquirindo um novo significado e se encaixam de maneira orgânica em um sólido e pertinente quadro analítico.⁴

À medida que formos desenvolvendo o tema proposto, tentaremos resgatar um Marx que ficou muito obscurecido devido às análises reducionistas, dogmáticas e mecanicistas desenvolvidas por muitos “marxistas”, sobretudo nas décadas de 60 e 70.⁵ Usaremos principalmente duas obras como referência. A primeira delas é a *Ideologia alemã*. Nesta conjuntura, Marx havia acabado de romper com grande parte de suas convicções juvenis e esboçado os princípios elementares do materialismo histórico como método de investigação. Esta obra é marcada por lacunas e inconsistências, como por exemplo, uma forte influência evolucionista e a aceitação de algumas premissas trans-históricas, como a suposição de que as forças produtivas tendem a se desenvolver continuamente, ditando as

4 Essa tese não é consensual. Muitos autores procuram demonstrar que a influência de Max Weber é que é central em *Os Parceiros do Rio Bonito*. Para tanto, afirmam que o “caipira” descrito por Antônio Cândido consiste na verdade em um tipo-ideal, construído para que o autor pudesse *compreender* as transformações ocorridas no campo.

5 Os críticos do marxismo também se detiveram nestas análises: em sua maioria esmagadora, criticam a Marx por intermédio de marxistas, isto é, através de fontes secundárias, sem contudo considerar a obra marxiana em conjunto. Esta combinação só poderia resultar no estabelecimento (e na crítica de) um materialismo histórico mecanicista e ineficiente, que contrasta muito com o caráter dinâmico das concepções marxianas.

transformações nas relações de produção e na superestrutura social.⁶ Apesar disto, é nesta obra que podemos apreender os contornos principais do materialismo histórico. É aqui que surge a preocupação de Marx em tentar compreender as transformações sociais e sua conexão com a relação do homem com a natureza, relação que encontra seu reflexo no *modo* como se efetiva a produção/reprodução da base material da sociedade. Em um texto posterior, Marx desenvolve um pouco melhor os princípios metodológicos que já haviam surgido durante a redação da *Ideologia alemã*, corrigindo as suas principais inconsistências e superando suas próprias tendências trans-históricas. Estamos nos referindo às *Formações econômicas pré-capitalistas*.⁷ Aqui Marx pretende demonstrar como o capitalismo resulta da cisão entre o trabalho e seus pressupostos materiais. Para isto, parte da união destes dois elementos: da relação antiga de complementaridade entre o homem e natureza, da natureza concebida como “laboratório natural da humanidade”, onde o produtor direto se apropria das condições naturais não por meio do trabalho, *mas como condição preliminar do trabalho*. Sob o capitalismo, a relação entre homem e natureza é essencialmente diferente. Nossa intenção é então demonstrar isto usando a análise de Antônio Cândido sobre as especificidades das relações de produção vigentes entre os “caipiras”, e sua posterior subordinação às relações *capitalistas* de produção.

2 Definição dos conceitos e problematização sociológica

Na introdução de seu livro, Antônio Cândido define um conceito de importância crucial em sua análise: a noção de *caipira*. Rejeita o tradicional termo *caboclo*, pois ele possui uma forte conotação étnica que foge aos propósitos da análise que pretende empreender.⁸ Substitui este termo por *caipira*, uma terminologia onde as conotações raciais cedem lugar aos aspectos culturais, exprimindo na verdade um modo de ser, *um tipo de vida*.

6 Uma análise pertinente destas inconsistências teóricas e da ambigüidade existente na obra do próprio Marx é realizada por Brenner (1983). Claudio Katz publicou também um livro onde desenvolve de forma interessante esta hipótese de Brenner. Cf. Katz (1989).

7 Na verdade, este livro é uma parte dos *Grundrisse* que foi traduzida para o inglês por Hobsbawn e depois para o português (Cf. Marx, K. *Formações...*). Como é sabido, este texto não foi originalmente redigido para ser publicado: consiste em anotações pessoais e observações de Marx que foram descobertas, compiladas e publicadas postumamente.

8 Por *caboclo* se entende, tradicionalmente, o mestiço de branco e índio. Esta definição já evidencia o que se pretende privilegiar: o enfoque racial ou biológico.

Como sua pesquisa se restringe geograficamente ao estado de São Paulo este é, sem dúvida, o melhor termo a ser empregado.⁹ O segundo ponto a ser estudado são os *meios de vida*. Segundo o autor, todo grupo social tem como condição de existência um equilíbrio relativo entre suas necessidades e os recursos do meio físico, que são supridas mediante uma organização social que tenha como objetivo promover o equilíbrio entre estes dois fatores. Estas necessidades, como explicita Antônio Cândido, apresentam um duplo fator:

“Com efeito, as necessidades têm um duplo caráter natural e social, pois se sua manifestação primária são impulsos orgânicos, a satisfação destes se dá por meio de iniciativas humanas, que vão-se complicando cada vez mais, e dependem do grupo para se configurar. Daí as próprias necessidades se complicarem e perderem em parte o caráter estritamente natural, para se tornarem produtos da sociedade” (Cândido, 1964: 23).

A influência do materialismo histórico fica evidente nesta citação. À medida que uma determinada formação social vai se tornando mais complexa, suas necessidades vão perdendo o caráter estritamente natural e as determinações *sociais* vão se intensificando. O grande passo dado por Marx consistiu na percepção de que a *reprodução material da sociedade* não se explica mediante a simples soma do trabalho de homens tomados isoladamente, e que a observação das unidades produtivas em si mesmas, encaradas como microcosmos dotados de uma racionalidade própria, obscurece a apreensão do comportamento real da sociedade, pois dilui a influência específica das relações de produção na determinação do comportamento global da sociedade. Munido desta poderosa orientação metodológica, Antônio Cândido conclui que cada cultura apresenta certos *mínimos*, mínimos vitais e sociais que não dependem ou não se explicam apenas pelo meio físico, onde abaixo destes o ajuste entre o meio (a natureza) e a organização social fica comprometido. Os mínimos vitais estão mais diretamente relacionados às forças produtivas enquanto os mínimos sociais com as relações de produção. É evidente que forças produtivas e relações de produção são conceitos que necessariamente se cruzam: eles não possuem uma existência autônoma, já que se fundem no processo de *produção*, onde só podem ser dissociados analiticamente. Mas apesar disto, cada um apresenta especificidades (caso contrário, sua distinção, mesmo que restrita ao plano analítico, não se justificaria). Uma queda abaixo do mínimo vital é atingida quando ocorre um descompasso significativo entre as

9 “Caipira” é um termo regional, usado principalmente no interior de São Paulo.

necessidades materiais e o volume da produção, como, por exemplo, quando as colheitas não são suficientes para alimentar toda a população. Já a queda abaixo do mínimo social resulta em *anomia*, isto é, no comprometimento dos laços de sociabilidade.¹⁰

Antônio Cândido, entretanto, faz estas considerações tendo em mente o perigo de se adotar uma postura etnocêntrica, preocupação que, dado o próprio horizonte intelectual da época, inexistia para Marx. É por isto que ele rejeita o termo *mínimo cultural*, já que uma cultura pode ser vista como “uma solução coerente [mediação, em termos marxianos] de sociabilidade e equipamento material em relação ao meio” (Cândido, 1964: 25-6). É necessário muito cuidado ao interpretar uma cultura, pois qualquer classificação em termos verticais (hierarquia com base em critérios como maior ou menor eficiência), segundo critérios elaborados em outra cultura (a do investigador) é etnocêntrica, e elimina o caráter *orgânico* da cultura observada.¹¹ Com esta preocupação, portanto, pode se falar em mínimos sociais e vitais como “noções aproximativas”, evitando classificar a cultura ou a sociedade em questão de forma valorativa e hierárquica:

“(...) Dir-se-á, então, que um grupo ou camada vive segundo mínimos vitais e sociais quando se pode, verossimilmente, supor que com menos recursos de subsistência a vida orgânica não seria possível, e com menor organização das relações não seria viável a vida social: teríamos fome no primeiro caso, anomia no segundo” (Cândido, 1964: 27).

Após esta breve incursão, podemos então localizar as áreas do conhecimento com que Antônio Cândido pretende estabelecer um diálogo. Partindo do suposto de que, grosso modo, a Antropologia tende para a descrição de casos individuais e de generalizações, enquanto a Sociologia, pelo contrário, privilegia a *regularidade*, o objeto escolhido pelo autor exige um “compromisso entre ambas disciplinas”. A história surgiria então como

10 O comprometimento destes laços pode determinar ou ser determinado pela redução da produção abaixo dos mínimos vitais. Isto demonstra, de forma aparentemente paradoxal, o entrelaçamento destes dois conceitos, e ao mesmo tempo, revela a importância de sua dissociação no plano metodológico para uma melhor compreensão da *natureza* das crises sociais.

11 O exemplo dado por Antônio Cândido é interessante: “(...) Os umutinas atravessavam rios a nado ou a vau, até que os índios mansos apresentaram-nos com canoas, antes desconhecidas por eles e logo utilizadas com evidente melhoria das condições de transporte e portanto mobilidade. Poder-se-á no entanto dizer que a fase anterior representava nível cultural mais *baixo*, e que a canoa veio significar a sua elevação?(...) No momento, porém, em que os umutinas fossem realmente incorporados à esfera de influência cultural do branco, a sua vida passaria a ser avaliada em função de padrões definidos por esta; e, neste caso, sem dúvida a canoa representaria adaptação mais satisfatória ao meio, *embora esta nova fase não possa ser comparada valorativamente à situação anterior, em que a cultura existia na pureza de seu isolamento e da integração coerente dos seus traços.*” (Cândido, 1964: 26 – Grifos meus).

uma “terceira dimensão”: os agrupamentos rurais estudados se ligam a uma cultura que tem por detrás um desenvolvimento histórico próprio, que deve ser resgatado para uma melhor compreensão da realidade a ser investigada. O estudo em questão gravita em torno destas três áreas, passando também de relance pela economia, ao mesmo tempo que envolve questões “práticas”, e que exigem soluções político-administrativas:

“Ora, este [estudo] que agora apresento procura localizar *um* aspecto da vida social (a obtenção dos meios de vida) considerado não só como *tema sociológico*, mas também como *problema social*” (Cândido, 1964: 20).

3 A organização tradicional da vida caipira

Nesta parte, discutiremos as condições de vida gerais no território paulista sobretudo até o início do século XX, mais precisamente nas zonas rurais distantes dos grandes núcleos urbanos. Como características mais gerais, estas condições são subjacentes a uma economia fechada ou semifechada, de povoamento disperso e marcada pela auto-suficiência. Desta configuração específica se desprendem formas particulares de sociabilidade, as quais devem ser discriminadas e definidas. As relações de vizinhança entre a família e o povoado constituem uma estrutura intermediária que define o universo imediato da cultura caipira, e a partir daí, as demais relações sociais se configuram moldando um horizonte mais amplo. Antes de tratar das relações em si, é necessário traçar a linha que separa duas grandes formas distintas de existência social: as relações de propriedade.

Trataremos primeiro do universo dos não-proprietários. O *morador transitório*, por exemplo, não detém nenhum título legal e, portanto, pode perder a qualquer momento a terra em que trabalha. O *agregado*, ao contrário, tem permissão do proprietário para habitar e utilizar a terra, sem pagar por isto, mas fica na obrigação de, se necessário, prestar serviços ao dono da terra. É isto que o distingue do *posseiro*: este não tem esta permissão e ignora a situação jurídica da terra onde trabalha [“ (...) pode ser terra sem proprietário, pode ser terra com proprietário, pode ser terra que virá a ter proprietário”].¹² Passemos agora ao outro universo.

Dentre os proprietários de terra, é possível (na verdade é fundamental) fazer a distinção entre *sitiante* e *fazendeiro*. Longe de

¹² Cf. Cândido (1964: 59).

corroborar com os equívocos da economia política mais tradicional e das inúmeras análises tacanhas da época, Antônio Cândido estabelece a diferença entre estas duas categorias *não pela extensão da terra*, mas pelo uso ou não de mão-de-obra estranha à família. O fazendeiro, dada a sua existência social, emprega mão-de-obra assalariada nas suas terras já que produz para o mercado visando auferir *lucro*. O sitiante usa apenas seus familiares e, em situações especiais, o trabalho dos vizinhos, *mas com propósitos completamente distintos* do fazendeiro. Quando a produção do sitiante excede suas necessidades, não é incomum, e muito menos contraditório, que venda a parcela excedente no mercado.

Feitas estas distinções, fica evidente que a importância da vida e do trabalho familiar varia em função dos tipos de ocupação do solo e do regime de propriedade: é máxima entre os “moradores transitórios”, mínima nas fazendas (Cândido, 1964). Temos agora de retomar a noção de mínimo social para compreendermos a função dos *bairros* nas comunidades caipiras. De forma bastante perspicaz, Antônio Cândido percebeu que os *bairros* consistiam na unidade fundamental da sociabilidade caipira tradicional, pois a família representa um nível demasiado simples – abaixo do *mínimo social* – e o povoado, os municípios ou as comunidades maiores um nível muito amplo.¹³ Esta observação é importante pois ajuda a desfazer um equívoco cometido pelos viajantes que tentaram retratar a vida caipira. Iludidos pela distância que eventualmente podia existir entre as habitações, enfatizaram a *segregação* do caipira. Segundo o autor:

“As habitações podem estar próximas uma das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoado ralo; e podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, *a unidade que as congrega*” (Cândido, 1964: 62).

O bairro é a unidade que congrega as casas dispersas pelo espaço. Estes bairros podem ser *centrípetos*, isto é, unidades que favorecem a convergência entre os vizinhos em atividades comuns, caracterizados portanto pela *interação social contínua*; ou *centrífugos*: dotados de uma vida cultural e social mais pobre, e portanto, marcados por uma *unidade frouxa*, onde o nível de interação é mínimo.

13 Nas palavras do autor: “O bairro, cujos limites e funcionamento ficaram sugeridos acima por meio de dois aspectos, é, pois, o agrupamento básico, a unidade por excelência da sociabilidade caipira. Aquém dele, não há vida social estável, e sim o fenômeno ocasional do morador isolado, que tende a superar este estádio, ou cair em anomia; além dele, há agrupamentos complexos, relações mais seguidas com o mundo exterior, características de uma sociabilidade mais rica” (Cândido, 1964: 74).

Após este breve comentário podemos fornecer uma definição mais formal: por bairro podemos entender a estrutura fundamental de sociabilidade caipira, que consiste no agrupamento de famílias vinculadas pelo sentimento de localidade, convivência, práticas de auxílio mútuo e pelas “atividades lúdico-religiosas” (Cândido, 1964):

“(…) poder-se-ia dizer que é, de modo geral, uma porção do território subordinado a uma povoação, onde se encontram grupos de casas afastadas do núcleo do povoado, e uma das outras, em distâncias variáveis” (p. 63).

O papel sociabilizador do bairro e sua relação com a noção de mínimo social se tornará mais clara agora, ao discutirmos as formas de auxílio mútuo entre as unidades produtivas. As condições de produção caipiras¹⁴ exigem a cooperação vicinal, pois um lavrador contando apenas com a mão-de-obra doméstica, dada a estrutura da propriedade e o nível rudimentar da técnica, não conseguiria de forma alguma dar conta do ano agrícola. Torna-se necessário então o uso de mão-de-obra suplementar, e a forma utilizada para convocá-la é tão peculiar como as relações de produção caipiras: se efetiva, de modo mais geral, sob a forma do *mutirão*: reunião de vizinhos, geralmente solicitada por um *beneficiário* (muito embora não fosse incomum a realização de *mutirões espontâneos*), que os convoca para o auxílio em um trabalho determinado, como por exemplo, a roçada, plantio, colheita etc. *Não existe nenhuma remuneração direta*, a não ser a “obrigação” de caráter *moral* (ou tradicional) de que o próprio beneficiário se imbuí, de retribuir a ajuda quando necessário. Geralmente quem convoca o auxílio promove uma festa e fornece alimento: o aspecto lúdico é uma característica importante desta modalidade de cooperação.

Existem também outras formas de auxílio vicinal onde a *urgência* confere um caráter diferenciador: a luta contra incêndios, por exemplo. Nos períodos de estiagem, em geral no mês de agosto, era muito comum a incidência de focos de incêndio no capim seco, que podiam se alastrar por uma área muito longa e comprometer as plantações. Neste caso é possível observar uma *divisão do trabalho*¹⁵ mais rigorosa, que não se restringe

14 Os fazendeiros não estão englobados dentro desta classificação. Como o próprio autor frisa, sua a visão de mundo sempre foi um pouco diferente da visão do “caipira”. Por produzir para o mercado e ter mais contato com a cidade, o fazendeiro já havia se diferenciado dos demais homens do campo já no século XIX, alterando radicalmente seus padrões e sua conduta. O sitiante, por exemplo, se encontra em um meio termo: os mais bem sucedidos tenderam a se converter em fazendeiros, empregando mão-de-obra exógena, enquanto os demais tenderam a adotar os “velhos” padrões.

15 Como o próprio autor frisa, esta expressão é usada aqui no seu sentido mais genérico, pois tecnicamente ela não se aplicaria a este tipo de exemplo.

apenas à distribuição de tarefas, mas também ao estabelecimento de uma “liderança coordenadora”. Esta liderança se justifica devido ao caráter *emergencial* da situação.

De um modo geral, não existia uma separação rígida entre atividade lúdico-religiosa e trabalho, pelo menos não na forma como ela se verifica nas cidades. Esta fusão – tão característica das sociedades tradicionais – torna-se mais visível no mutirão, embora possa ser observada também nos detalhes da vida cotidiana caipira. Mas no momento pretendemos apenas salientar o papel da vida lúdico-religiosa como mais um elemento definidor da sociabilidade. Estas atividades transcendem o âmbito estritamente familiar e, embora encontrem ainda no bairro a sua unidade básica, se estendem por zonas maiores, como as comunidades e as vilas. A atividade mais expressiva neste sentido são as missas dominicais, onde a sociabilidade transpõe os limites dos bairros e se centraliza na vila. As festas tradicionais, embora menos freqüentes, também produzem este mesmo efeito. As atividades lúdico-religiosas portanto, associadas ao trabalho, produzem uma tendência forte ao aumento da sociabilidade, não só reforçando a unidade dos bairros como promovendo a complementaridade destes, ou seja, induzem à convergência das unidades vizinhas, ao reforço dos laços sociais.

Esta fusão de elementos deriva das condições de reprodução da sociedade, isto é, da forma de interação do produtor com a natureza e dos laços sociais contraídos entre os homens ao reproduzirem suas condições de existência. Esta postura metodológica se revela explícita ou implicitamente nas considerações de Antônio Cândido a todo momento. Ao usar o termo “solidariedade” (um termo que, a rigor, não cabe em uma argumentação marxista), ele toma o cuidado de mostrar a necessidade real que se esconde por detrás das atitudes “solidárias”: a necessidade premente de mão-de-obra. É evidente que estas relações de trabalho são muito diferentes da “interação fria” das cidades, pois como Marx costumava salientar, as condições de produção e de sociabilidade burguesa tendem a esvaziar o *conteúdo sensível* do indivíduo, conteúdo que existia de forma plena nas formações sociais mais antigas e que, no caso europeu, mostrou sua feição pela última vez durante a vigência do modo feudal de produção. No caso que estamos estudando agora, isto é, na cultura caipira localizada em um período do tempo anterior às transformações profundas ocorridas durante a primeira metade do século XX no Brasil, a qualidade sensível ainda permeava as

relações sociais, ainda era um elemento importante na vida social do caipira.¹⁶

4 O avanço do capital e as transformações no campo: o desajuste da vida caipira

Na década de 30 o Brasil sofreu transformações macroeconômicas profundas que alteraram definitivamente a feição do país. A população urbana começou a crescer de forma tão intensa que em pouco mais de 40 anos ultrapassou em porcentagem a população rural. As relações de produção no campo também sofreram uma transformação substancial, e o capital passou a subsumir a si uma parcela cada vez maior de terra e de força de trabalho. Diante destas transformações globais, a vida e a organização produtiva caipira não puderam permanecer incólumes. E é exatamente este ponto que pretendemos tratar aqui: a dissolução progressiva do *modo de vida caipira*.

Vimos nas seções anteriores que a “cultura caipira” se estruturava organicamente em torno de níveis mínimos de subsistência e de vida social, o que exprimia uma “economia semifechada”, caracterizada pelos agrupamentos de vizinhança (os bairros) e por um *equilíbrio instável* com o meio. Pretendemos agora, de forma sumária, mostrar a influência que a agricultura “capitalista” exerceu sobre a velha organização caipira. À primeira investida do capital, isto é, a implementação da agricultura comercial, a “economia” caipira conseguiu subsistir: ajustou-se à nova situação incorporando novos elementos sem se desfazer totalmente de suas relações sociais e de seus costumes tradicionais. É evidente que estas influências exógenas aceleraram a crise sócio-cultural da vida caipira, só que não tiveram força suficiente para provocar a sua derrocada definitiva. As pesquisas empíricas realizadas por Antônio Cândido datam do final da década de 40 e início dos anos 50 (de 1948 a 54, mais precisamente); e o livro foi publicado pela primeira vez em 1964. Como sabemos, nesta data o *movimento geral* da economia já ganhava contornos mais nítidos, mas ainda

16 Não pretendemos com isto afirmar que as relações sociais no campo se despersonificaram totalmente. Uma comparação com a cidade, mesmo em nossos dias, revelaria a falsidade desta hipótese. Mas, segundo os padrões do passado, i.é., de acordo com a sociabilidade tradicional, as transformações são bastante perceptíveis.

não estava totalmente consolidado. Mesmo assim, de forma muito perspicaz, o autor pôde vislumbrar uma tendência que realmente se concretizou. Referindo-se à resistência da cultura caipira ante os primeiros contatos com o capital e com a urbanização, o autor afirma:

“O mesmo não se dará, entanto, ao que tudo indica, na atual fase de expansão da economia capitalista, muito mais penetrante e de âmbito incomparavelmente mais amplo, de tal modo que as áreas segregadas se vêem jungidas às necessidades agrícolas, comerciais e industriais da região, do Estado, do País, que nelas repercutem a cada passo. A vida tradicional sobreviveu até aqui em muitas áreas; embora mais ou menos alterada. *Parece difícil que possa, daqui por diante, resistir à expansão capitalista, como fórmula de ajustamento do grupo ao meio em função da subsistência, com base no círculo fechado dos agrupamentos de vizinhança, cuja autonomia ecológica é hoje uma sobrevivência*” (Cândido, 1964: 164 – Grifos meus).

O autor preconiza que a organização social caipira não sobreviveria à segunda investida do capital, mais intensa e muito mais *penetrante*. De fato, foi exatamente o que ocorreu no interior paulista. Pretendemos agora fazer uma observação de cunho metodológico. Em um texto que só começou a circular nos anos 50 nos meios acadêmicos europeus,¹⁷ Marx faz uma importante distinção entre dois conceitos que esclarecem muito alguns dilemas referentes à emergência da produção burguesa: a subsunção formal e real do trabalho ao capital. Este neologismo não é fortuito: como os editores da tradução brasileira salientam, a palavra usada por Marx não possui um bom termo correspondente nas línguas latinas. Por subsunção não se deve entender apenas subordinação, mas também *inclusão*. Esta relação de subordinação-inclusão é característica do capitalismo, isto é, o trabalho é ao mesmo tempo *subordinado e absorvido* pelo capital, este entendido em seu *sentido mais preciso*, como uma *relação social* onde o trabalho vivo se combina com os meios de produção (já separados do produtor direto) com o objetivo último de produzir mais-valia. Portanto, o neologismo é justificado.¹⁸ Na subsunção formal do trabalho ao capital os “velhos” processos produtivos e as relações sociais entre produtores são mantidos intactos, apenas são incorporados pelo capital e ampliados de forma extensiva: não ocorre nenhuma inovação técnica, apenas uma concentração ou uma concatenação de processos produtivos dispersos sob o comando de um único capital. Nesta conjuntura, a valorização do capital só pode se dar de forma extensiva, isto é, só é possível extrair *mais-valia absoluta*. Esta é

17 O texto é o agora famoso *Capítulo VI inédito*...

18 A este respeito, basta observar o prefácio da edição brasileira nas páginas 11 e 12.

portanto, historicamente, a primeira forma de subordinação do trabalho ao capital: como Marx costumava dizer, neste caso a *oficina do mestre-artesão é apenas ampliada*.¹⁹ Os limites desta forma de valorização são óbvios: o capital ainda é incapaz de multiplicar valores, de revolucionar totalmente as forças produtivas. Já na subsunção real do trabalho ao capital, isto é, com a consolidação do modo de produção *especificamente* capitalista, as coisas mudam de figura. Neste caso particular, devido às transformações prévias ocorridas nas *relações de produção*, o capital já se torna capaz de promover o desenvolvimento das forças produtivas mediante a constante inovação técnica. Nesta conjuntura, todas as relações sociais vão adquirindo um caráter estritamente capitalista, e o processo de acumulação se torna *endógeno*. Neste novo patamar, onde a mais-valia relativa já pode ser extraída, o modo de produção capitalista se torna implacável: todas as formas pretéritas de trabalho são totalmente transformadas ou se tornam instrumentos da valorização do capital.²⁰ Todo este tratamento formal é importante porque invalida as acusações referentes a uma tendência trans-histórica na obra marxiana, pois se a tomarmos em conjunto, esta acusação se revela falsa.²¹ Em *O capital*, todas as considerações históricas, *salvo menção em contrário*, referem-se à *Inglaterra*, e as generalizações se situam sempre no campo conceitual que (com exceção das versões vulgares e mecanicistas do materialismo) é suficientemente maleável²² para enquadrar exemplos históricos diferentes.

Esta distinção conceitual pode ser usada para esclarecer a análise das transformações na economia caipira estudada por Antônio Cândido e, principalmente, sua visão perspicaz sobre o movimento capitalista e suas conseqüências. O conceito de *subsunção formal* é bastante adequado para

19 Curiosamente, Marx não faz esta distinção conceitual em *O capital*, embora quando analisa a acumulação primitiva e o industrialismo, esta distinção é perceptível (surge de forma implícita). Entretanto, a leitura do *Capítulo VI...* esclarece qualquer dúvida eventual.

20 Existem inúmeros casos onde isto ocorre. A propriedade familiar que “sobreviveu” à espoliação capitalista na França é um bom exemplo: manteve-se a mesma unidade produtiva, muitos costumes prevaleceram, mas os pré-requisitos que moldam a produção *são ditados pelo mercado*.

21 Como já afirmamos na introdução, na *Ideologia alemã*, por exemplo, uma obra *onde o tema central é filosófico*, toda a periodização histórica é débil e realmente transhistórica. Nos seus escritos de cunho político tais acusações também se encaixam perfeitamente.

22 O campo conceitual criado por Marx para entender o capitalismo é muito frutífero, pois se respeitarmos *as condições históricas específicas*, a análise construída em moldes marxianos se revela eficaz tanto no estudo da Inglaterra, onde o capitalismo efetivamente nasceu, como nos países onde ele se alastrou pelo comércio (Europa continental) ou pela violência direta (bombardeamento dos portos japoneses e fim do shogunato, o colonialismo nas Américas e na Ásia, etc.).

analisar a transformação inicial (a primeira investida capitalista) dos padrões tradicionais da vida caipira em face das pressões da urbanização. A expansão do capital e da fronteira agrícola no Brasil foi, no início, de caráter predominantemente *extensivo*. A configuração de um processo de valorização mais assentado no aumento da *produtividade*, com grandes inversões produtivas de capital data de meados deste século e se concentra em algumas regiões do país. A mecanização da agricultura de grãos no sul e a pecuária intensiva em São Paulo são alguns exemplos que ilustram este novo padrão de investimento, *onde o trabalho encontra-se realmente subsumido ao capital*. Os ciclos de valorização, mesmo no campo, se tornam muito mais rápidos, e conseqüentemente, a acumulação de capital é muito mais veloz e mais intensa. Esta forma de sujeição ao capital é muito mais profunda e desarticuladora. O processo de concentração de terras constitui simultaneamente os pré-requisitos necessários ao estabelecimento de relações especificamente capitalistas no campo: ao destruir as pequenas propriedades baseadas no trabalho familiar, libera mão-de-obra e portanto, cria vendedores de força de trabalho.²³ Já que a própria concentração de terras é ao mesmo tempo concentração de *meios de produção*, estão dadas as condições para a produção capitalista. Antônio Cândido, em seu livro, conseguiu vislumbrar os primeiros indícios da consolidação progressiva da subsunção real do trabalho ao capital no interior paulista e a crise sócio-cultural do caipira. É esta crise que vamos analisar agora.

Como vimos, a organização tradicional da produção e da sociabilidade caipira era definida em termos “mínimos” (mínimo social e mínimo vital), onde a unidade básica de sociabilidade era o bairro. As relações vicinais e a posse da terra eram os elementos estabilizadores da cultura caipira. Quando estes elementos entram em crise é natural que todo o restante também seja abalado. A dissolução destes elementos mais básicos está em estreita relação com a concentração das terras e a progressiva influência urbana sobre o campo. A alteração das condições tradicionais, segundo Antônio Cândido, deu início a uma subversão dos padrões morais e a proliferação de “situações anômicas”: do ponto de vista da cidade este processo é “civilizador”; em contrapartida, para o caipira, esta nova situação é embaraçosa e traumática.

23 Esta mão-de-obra “liberada” pode seguir para as cidades ou permanecer no campo. Dos dois modos está sujeita a entrar na valorização do capital como *força de trabalho*.

“Para começar, rompe-se, na paisagem social e econômica, a referida alternância entre o bairro e a moradia segregada, entre o sitiante e o agregado e o aventureiro. Os desajustes se resolvem, cada vez mais, pela migração urbana, com abandono das atividades agrícolas e passagem a outro universo de cultura” (Cândido, 1964: 216).

A cidade desagrega a cultura caipira de dois modos: o primeiro e mais óbvio advém de sua própria atuação como pólo atrativo. Com a dissolução das pequenas propriedades o antigo produtor direto perde sua fonte de sustento. Nesta conjuntura, a emigração para a cidade pode tornar-se uma alternativa tentadora. É necessário observar que o fomento ao êxodo rural não vem da mera existência da cidade, mas sim da pouca disponibilidade de terras e da deterioração da qualidade de vida no próprio campo. É este quadro desfavorável que torna a cidade mais atrativa. O segundo elemento desagregador advém da própria influência cultural da cidade. A vida urbana passa progressivamente a redefinir os padrões de vida no campo e a miséria passa a existir “por comparação”: os padrões “mínimos” historicamente determinados, isto é, estabelecidos pela tradição, são continuamente “confrontados com os que a civilização pode teoricamente proporcionar” (Cândido, 1964: 223). A vida tradicional passa a sofrer portanto influências de novos padrões, padrões urbanos, *ao mesmo tempo em que a base material no campo encontra-se profundamente transformada.*

Sob uma nova base material e confrontado com novos padrões de organização social, o papel dos bairros decaiu progressivamente: a família foi se tornando a unidade mínima de sociabilidade, e nesta fase transitória, podemos observar a formação de “blocos familiares”. Estas transformações, no entender de Antônio Cândido, consistem em uma regressão adaptativa, ou seja, de uma defesa dos padrões culturais pela redução a formas mais instáveis de convivência (Cândido, 1964: 222). Ao lado dos antigos elementos que induziam à grande mobilidade da agricultura caipira, isto é, a tradição seminômada das Bandeiras, a precariedade dos títulos de posse e a agricultura itinerante, surge uma nova razão: a fuga da sujeição econômica total. O caipira passa a buscar “zonas pioneiras” para tentar restabelecer sua velha forma de produção. Mas estas zonas se tornam cada vez mais raras, já que a concentração de terras e a fronteira agrícola passam a se expandir de forma progressivamente mais veloz. Com a desestruturação dos velhos padrões, as formas de sociabilidade tradicionais vão desaparecendo rapidamente. Um exemplo importante que ilustra esta transformação é o que Antônio Cândido denomina de “mutirão seco”, onde o enfraquecimento da

solidariedade caipira torna-se explícito. Um mutirão foi convocado para construir um rancho para uma senhora. O autor, que estava presente, percebeu o contraste entre a atitude positiva dos mais velhos e a postura reticente e negativa dos mais jovens (os mais moços, evidentemente, tiveram muito mais contato com a cultura urbana do que seus pais ou avós). Não houve festejo, o que não era incomum, mesmo nos tempos mais antigos, mas o genro da beneficiária forneceu comida aos convocados. Mesmo assim muitos haviam levado sua própria comida, fato que revela a crise cultural em curso e o enfraquecimento dos padrões tradicionais. O caráter festivo e lúdico do mutirão já se encontra, na prática, dissolvido. É cada vez mais encarado como uma obrigação (Cândido, 1964: 128-9).

Diante deste quadro, Antônio Cândido conclui sobre a necessidade de refletir sobre a questão da reforma agrária. Na época em que o livro foi publicado, esta questão era ainda mais explosiva do que hoje.²⁴ O argumento do autor é que sem um planejamento racional, as transformações no campo permanecerão traumáticas e marcadas pela fome e pela anomia. Acusa a ineficiência do latifúndio: ele não se justifica nem pela utilidade pública, já que os índices de produtividade são mínimos ao mesmo tempo em que priva os antigos cultivadores da posse da terra, e muito menos por sua utilidade privada ou comercial – não proporciona ao proprietário mais do que uma parcela mínima do que poderia render. As lutas e os movimentos sociais no campo observados hoje se encontram diretamente relacionados com estas questões. A desenfreada concentração de terras e a urbanização errática produziram sérios problemas sociais e administrativos que estão muito longe de uma solução adequada. O estudo do microcosmo caipira possibilitou a Antônio Cândido compreender a reconfiguração global que a produção agrária brasileira sofreu nos anos 50 e 60, e, voltando ao ponto de partida, o impacto desta nova ordem sobre a vida caipira tradicional.

Todas estas transformações que o autor identifica, bem como o quadro futuro que traçou, estão relacionados em última instância às transformações na base material da vida caipira, que encontra-se interligada ao movimento global da consolidação do capitalismo no Brasil. A cadeia causal estabelecida por Antônio Cândido é complexa pois as transformações e tendências em ação não são *unidirecionais*. Em sua concepção sobre as

24 O prefácio da segunda edição data de 1964! O “ressurgimento” atual dos movimentos sociais no campo garantem a atualidade desta “esquecida” obra de Antônio Cândido.

transformações sociais podemos observar uma complicada interação entre fenômenos localizados no plano da cultura e da economia, interação nos dois sentidos, da cultura para a economia e da economia para a cultura. E isto não entra em contradição com o materialismo histórico, pelo menos em suas versões mais sofisticadas. Estabelecer o primado da base material sobre a superestrutura da sociedade não significa necessariamente desprover de qualquer determinação elementos eminentemente culturais. No plano metodológico, a conclusão a que podemos chegar é que em nenhum momento o autor rompe com o materialismo histórico, mesmo quando agrega conceitos oriundos de outros campos conceituais. Esta sólida metodologia lhe permitiu realizar um estudo preciso e competente sobre a vida caipira tradicional e suas transformações.

Referências bibliográficas

- BRENNER, R. Marx's first model of the transition from feudalism to capitalism. In: CHAVANCE, B.(Org.). *Marx en perspective*. Paris: Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1983.
- _____. Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe. In: ASTON, T. H., PHILPIN, C. H. E. *The Brenner debate; agrarian class structure and economic development in preindustrial Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- _____. The agrarian roots of European capitalism. In: ASTON, T. H., PHILPIN, C. H. E. *The Brenner debate; agrarian class structure and economic development in preindustrial Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito; estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*. Rio de Janeiro: José Olympio Editores, 1964.
- HILTON, R. Medieval peasants: any lessons? In: HILTON, R. *Class conflict and the crises of feudalism*. London: The Hambledon Press, 1988.
- MARX, K. *A ideologia alemã*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. *Capítulo VI inédito de O capital; resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Editora Moraes [s.d.]
- KATZ, C. *From feudalism to capitalism; marxian theories of class struggle and social change*. New York: Greenwood Press, 1989.